

STI 0078

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: O Globo

Data: 31/1/2001 Pg. 10

Class.: 53

Brindeiro manda federais para São Félix do Xingu

Ordem é tentar liberar sete funcionários do Incra feitos reféns

Monica Torres Maia e
Paulo Jordão

• BELÉM e BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, determinou ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Agílio Monteiro Filho, que intervenha em São Félix do Xingu, no sul do Pará, onde sete funcionários do Incra estão sendo mantidos reféns, desde o dia 28, por agricultores ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Um delegado e 12 agentes da PF viajaram ontem mesmo para o local.

De acordo com o ofício encaminhado por Brindeiro ao diretor-geral da PF, deve ser instaurado inquérito policial para apurar o caso. Os servidores do Incra estão sendo mantidos em cárcere privado por trabalhadores rurais liderados por Jânio Ferreira da Silva, segundo o documento.

Para libertar os reféns, os trabalhadores exigem a presença do presidente do Incra, Francisco Orlando Costa Muniz, que já disse que só negociará depois que os reféns forem libertados.

O próprio Costa Muniz fez o pedido para acionar a PF. Os agricultores garantem que não irão recuar até que o Incra desapropriar uma área para eles. Os colonos ocupam um terreno na reserva Apterewa, dos índios parakanã, há dois anos.

Colonos acusam prefeito de desviar dinheiro

Os reféns integram a comissão do Incra que foi investigar o desvio de R\$ 1.380.000 do órgão. O dinheiro serviria para a construção da estrada de 50 quilômetros entre São Félix e o assentamento Sudoeste, onde estão os reféns. O prefeito de São Félix, José Levindo (PDT), é acusado pelos colonos de desviar o dinheiro.

Hoje o ministro da Justiça, José Gregori, e um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário estão sendo esperados em Belém. Eles devem participar de um encontro com o ouvidor agrário nacional, Gersino Silva, além de procuradores do Incra e entidades ligadas ao setor agrário, para tratar do problema da grilagem de terras no Pará. Estima-se que, com escrituras falsas, já tiveram documentos trocados 20 milhões de hectares de terras no estado. ■